



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

23/06/2012

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. DECISÕES.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. AÇÕES TJMA.....	2
2.2. DECISÕES.....	3
2.3. DESEMBARGADORES.....	4 - 5
2.4. PRESIDÊNCIA.....	6
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. DECISÕES.....	7
3.2. INFORMATIVO.....	8
3.3. SELETIVOS.....	9
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	10 - 12
4.2. CONVÊNIOS.....	13
4.3. DECISÕES.....	14
4.4. PRISÃO.....	15 - 16
4.5. PUBLICIDADE LEGAL.....	17
4.6. SELETIVOS.....	18 - 19
4.7. SEM ASSUNTO.....	20 - 21

Retorno confirmado

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) deferiu liminar suspendendo a decisão da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA) que determinou, na terça-feira (19), o afastamento imediato do prefeito de Barra do Corda, Manoel Mariano de Sousa, o "Nenzin" (PV). A liminar solicitando o habeas corpus foi protocolada na mais alta corte da Justiça brasileira pelo advogado Rodrigo Barbosa de Alencastro, e deferida pelo ministro da 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Gilson Dipp. Na decisão, o ministro relator defere a liminar, solicita informações e determina vista do Ministério Público Federal (MPF).

Novo fórum

O Poder Judiciário iniciou esta semana a mudança dos gabinetes dos juízes para o novo fórum de São Luís.

Os magistrados gostaram dos gabinetes, que deram mais conforto e segurança para os julgamentos.

Nada lembra a estrutura acaanhada, quente e desconfortável do fórum antigo.

Portaria orienta crianças e adolescentes em festa

BACABAL - A juíza Lúcia de Fátima Silva Quadros, titular da Vara da Infância e Juventude de Bacabal, divulgou portaria na qual disciplina o acesso e a permanência de crianças e adolescentes em espetáculos públicos, locais de jogos e de consumo de bebida alcoólica na Comarca.

Para elaborar o documento, a juíza levou em consideração a necessidade de adoção de medidas preventivas, para evitar o cometimento de atos infracionais por crianças e adolescentes, assim como evitar que estes sejam vítimas de crimes por parte de terceiros.

A portaria determina que são proibidos o acesso e a permanência de crianças e de adolescentes com menos 15 anos em festas, boates, bailes, shows, serestas, encontros de som automotivo e congêneres, ainda que acompanhados dos pais ou responsáveis legais, salvo eventos compatíveis com determinada faixa etária ou festividades de cunho familiar, tais como aniversários, casamentos, formaturas e festas escolares.

Versa ainda o documento que o acesso e a permanência

de adolescentes a partir dos 15 anos de idade, nos eventos mencionados no artigo anterior, serão permitidos, desde que estejam em companhia dos pais ou dos responsáveis legais, ou munidos de autorização expressa e escrita destes, com assinatura reconhecida em cartório ou pelo Comissariado de Justiça da Infância e da Juventude.

Os responsáveis pelos eventos descritos acima deverão afixar de forma visível e legível, nos locais de vendas de ingressos e nos locais de realização do evento, as proibições quanto à idade permitida para acesso e permanência de crianças e adolescentes, dentro dos padrões preestabelecidos pela Vara da Infância e da Juventude, sob pena de incidência no artigo 249 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O cumprimento da portaria será fiscalizado por toda a sociedade, membros dos Conselhos Tutelares dos Municípios, Vara da Infância e da Juventude (Comissariado de Justiça) e do Ministério Público e pelas polícias Civil e Militar.

A juíza da
Vara de
Execuções
Penais de
Imperatriz,
Samira Barros
Heluy recebe
o título de
Cidadã
Imperatrizense

Fotos/Divulgação



Desembargador

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seccional Maranhão, divulgou na terça-feira (21), a lista de advogados que solicitaram sua inscrição para o processo seletivo de formação da lista sêxtupla para escolha de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado (TJ/MA). No total, 20 profissionais da advocacia maranhense se inscreveram. A diretoria da OAB/MA analisa se todos os candidatos apresentaram a documentação exigida. Constada a insuficiência de algum documento, será dado um prazo para que o advogado sane o problema. Em seguida, será divulgado edital por meio do qual será aberto prazo para pedido de impugnação das candidaturas.

Clic

Divulgação/Ribamar Pinheiro



O PRESIDENTE DO TRIBUNAL de Justiça do Estado, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, ao lado dos juízes Janaina Araújo Carvalho, José Afonso Bezerra Lima, Carlos Eduardo de Arruda Mont'alverne e Samira Barros Heluy, que tomaram posse, respectivamente, na Vara de Execuções Penais de Imperatriz, 9ª Vara Criminal de São Luís, comarca de Paraibano e 2ª Vara de Itapecuru-Mirim. Guerreiro Júnior investiu em novas funções doze magistrados de 1º grau esta semana, nove deles mulheres

• Indenização

Uma rede de lojas de departamentos foi condenada a indenizar em R\$ 10 mil uma cliente que foi constrangida no interior de uma filial, no centro de São Luís, acusada por funcionários de ter furtado mercadorias. A decisão é da 1ª Câmara Cível do TJ, mantendo sentença do juízo da 5ª Vara Cível de São Luís. A cliente ajuizou ação de danos morais, alegando que estava aguardando seu marido efetuar pagamentos no interior da loja, em abril de 2008, observando as mercadorias, quando foi surpreendida pelos seguranças sob a acusação de furtar objetos. Ela teria sido constrangida em público e levada até à gerência, onde foi reconhecido o erro. A rede de lojas recorreu da condenação de R\$ 10 mil, alegando inexistência de provas do dano, já que não teria ocorrido acusação de furto por não existir padrão de abordagem de clientes no interior da loja.

Código Penal

A comissão especial de juristas criada pelo presidente Sarney concluiu nesta semana os trabalhos de formulação de proposta para mudanças do Código Penal. Depois de sete meses de discussões, a comissão, e presidida pelo ministro Gilson Dipp e composta por juízes, defensores públicos, advogados e advogadas, irá apresentar ao presidente do Senado, no próximo dia 27, um documento de proposta com aproximadamente 300 páginas. Ao falar sobre o texto, o procurador Luiz Carlos Gonçalves, relator do colegiado, disse que os juristas formularam um anteprojeto de código "polêmico", mas que obedece ao rigor técnico. Acrescentou que o trabalho final trará um projeto modernizado de Código Penal.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA**Convocação de concursados para audiência**

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) promove na próxima terça-feira (26), às 9h, audiência pública dos candidatos aprovados no último concurso público do Poder Judiciário (Edital nº 002/2011) para os cargos de analista, técnico judiciário, e de oficiais de justiça do concurso de 2009 (Edital nº 001/2009).

Para a audiência - a terceira da gestão do presidente Antonio Guerreiro Júnior - estão sendo convocados 11 analistas judiciários (Direito), dois técnicos judiciários (apoio administrativo) e seis oficiais de justiça. Há vagas disponíveis em várias comarcas do Estado. Os participantes escolherão o local de lotação, conforme rigorosa ordem

de classificação no concurso

De acordo com o presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior, a meta é suprir a necessidade da Justiça de 1º Grau, dotando as comarcas de pessoal capacitado para atender às demandas judiciais.

Audiência-Os candidatos convocados para a audiência devem comparecer à Secretaria da Comissão de Concursos do TJMA (Anexo VII, Rua do Egito, Centro) para a escolha da comarca de lotação. Devem apresentar também os documentos e os exames médicos até o dia 25 de junho, conforme condições previstas nos Editais 007 e 009/2012.

O não comparecimento do

candidato na data estabelecida para apresentação dos exames médicos de avaliação de aptidão física e mental ou para a audiência caracterizará como não aceitação, com a consequente reclassificação, por uma única vez, para a última posição da lista de classificação do concurso por cargo e especialidade.

■ Novas instalações

A 2ª Vara de Família de São Luis já começou a funcionar esta semana nas novas e modernas instalações no novo prédio do Fórum Desembargador Sarney Costa, no 4º andar. E a primeira audiência conduzida pelo juiz Marcelino Chaves Everton, titular da unidade, foi de reconhecimento de paternidade.

Na audiência, o suposto pai, BSR, admitiu logo de início a paternidade da menor SRFS, e com isso não houve a necessidade de realização do exame de DNA. O pai acordou também sobre a pensão alimentícia, que teve o valor já fixado pelo juiz.

O próximo passo do reconhecimento da paternidade é proceder junto ao cartório, para que a menor tenha o nome do pai incluído no registro de nascimento.

❖❖ O processo de mudança das unidades jurisdicionais do Fórum Desembargador Sarney Costa, Calhau, para o novo prédio está chegando na reta final.

❖❖ Já estão devidamente instaladas no anexo: as Varas da Fazenda Pública, Criminais (inclusive Entorpecentes, Cartas Precatórias e as do Júri), de Interdição e da Família. Nesta segunda-feira (25) será a vez das unidades cíveis, que ficarão no 6º andar.

Grupo em Defesa da Ética quer investigação sobre emissão de títulos

O Grupo Solidariedade em Defesa da Ética e da Cidadania, do município de Paço do Lumiar, cujo presidente em exercício é Luís Carlos Rocha Nunes, entregou no mês de abril, um documento ao Tribunal de Justiça do Estado, solicitando rigorosa apuração nas expedições dos títulos emitidos após o recadastramento eleitoral e fiscalização da Polícia Federal, Força Nacional e Polícia Civil, durante as eleições de 2012, entre outras providências.

A entidade solicitou ainda

que seja outorgada delegação de competência a todo cidadão, seja ele candidato ou membro de agremiações partidárias, além de entidades sociais, para que possam dar ordem de prisão a quem for flagrado infringindo a lei.

“O povo de Paço do Lumiar está cansado de assistir aos atos absurdos que ferem acintosamente a legalidade e a ordem pública. Portanto, estamos solicitando tais medidas, a fim de coibir a fraude durante o período eleitoral”, afirmou Luís Carlos Nunes.

Juizado Criminal e instituições firmam parceria sobre penas alternativas

O juiz Lucas da Costa Ribeiro Neto, titular do 1º Juizado Especial Criminal da Capital, esteve reunido na última semana com representantes de entidades parceiras no sistema de cumprimento de penas e medidas alternativas. Essas reuniões fazem parte das atividades contempladas no planejamento de ações do ano 2012 do Juizado e têm o objetivo de contribuir para o fortalecimento dessa parceria, buscando um maior desempenho do papel enquanto co-responsáveis do adequado cumprimento das medidas e penas alternativas.

Na oportunidade, o magistrado fez uma exposição sobre a importância da comunicação entre o Juizado e as instituições, bem como o comprometimento de todos nessa parceria. Na reunião, Lucas Ribeiro destacou o significado e funcionamento da prestação de serviço à comunidade e das transações penais com multas pecuniárias, no que diz respeito aos valores destinados às instituições.

Participaram do encontro,

na sede da unidade, além do juiz Lucas da Costa Ribeiro Neto, titular, o juiz Julio César Prazeres, titular da Comarca de Pinheiro, a assistente social Janaína Aguiar Teixeira, a psicóloga Kleinia Nadja Carvalho Marques e a estagiária de Serviço Social, Gilvaneide Cristina Santos.

Também participaram da reunião os representantes do Instituto Dignidade Humana e Solidariedade – HUMASOL, do Centro de Testagem Anônima – CTA, o Colégio Senador José Sarney Costa, a Creche Comunitária Primavera, o Posto de Saúde Quebra Pote, o Centro Comunitário do Radional e Adjacências e ainda a Creche Comunitária Cantinho da Criança.

As reuniões ocorrem nas manhãs de sextas-feiras, na sala de audiência do 1º Juizado Especial Cível e Criminal, no Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau, por meio do setor Psicossocial que mobiliza todas essas instituições colaboradoras com a fiscalização do cumprimento das penas e medidas alternativas.

Loja terá que indenizar cliente acusada de furto

Uma rede de lojas de departamentos foi condenada a indenizar em R\$ 10 mil a uma cliente que foi constrangida no interior de uma filial, no centro de São Luís, acusada por funcionários de ter furtado mercadorias. A decisão é da 1ª Câmara Cível do TJ, mantendo sentença do juízo da 5ª Vara Cível de São Luís.

A cliente ajuizou ação de danos morais, alegando que estava aguardando seu marido efetuar pagamentos no interior da loja, em abril de 2008, observando as mercadorias, quando foi surpreendida pelos seguranças sob a acusação de furtar objetos. Ela teria sido constrangida em público e levada até a gerência,

onde foi reconhecido o erro.

A rede de lojas recorreu da condenação de R\$ 10 mil, alegando inexistência de provas do dano, já que não teria ocorrido acusação de furto por não existir padrão de abordagem de clientes no interior da loja.

Para a desembargadora Graças Duarte (relatora) – que manteve a condenação em danos morais – a cliente comprovou que sofreu ato ilícito pelos funcionários da loja, ao ter sido constrangida em público pela acusação de furto que não praticara. Ela entendeu ainda que o valor fixado foi proporcional e razoável, diante da situação que enfrentou a cliente ao ser abordada.

DOIS CONDENADOS PELA JUSTIÇA SÃO CAPTURADOS PELA POLINTER

ÚLTIMA PÁGINA

Dois condenados pela Justiça são capturados pela Polinter

POR GABRIELA SARAIVA

FOTOS: DIVULGAÇÃO

Policiais da Delegacia Interestadual (Polinter) prenderam, no final da manhã da última quinta-feira (21) e início da tarde do mesmo dia, Paulo Sérgio Araújo Câmara, de 23 anos; e Washington Costa Santos, 44, conhecido como "Magrão". Os dois estavam com mandados de prisão decretados pela Justiça por terem sido condenados, respectivamente, pelos crimes de assalto e homicídio.

Paulo Sérgio foi preso, por volta das 11h30 de quinta-feira, no Renascença, quando trabalhava como porteiro de uma escola particular. Ele estava com mandado de prisão expedido no dia 15 de fevereiro, deste ano, pela juíza Ana Célia Santana, da 5ª Vara Criminal.

De acordo com a polícia, Paulo Sérgio foi condenado a cinco anos e quatro meses por ter participado de um assalto, na Ponta d'Areia, no ano de 2008. O comparsa dele, cujo nome não foi informado, ainda permanece foragido.

A polícia chegou até o acusado com ajuda de informações repassadas para o Disque-Denúncia (3223-5800). Paulo Sérgio é morador da 1ª Travessa Epitáfio Pessoa, nº 10, Liberdade. Depois de ser apresentado na Polinter,



Paulo e Washington foram presos em cumprimento a mandados de prisão

ele foi encaminhado para o Centro de Detenção Provisória em Pedrinhas.

No início da tarde, por volta das 13h30, a equipe de captura da Polinter prendeu Washington. Ele estava com mandado de prisão decretado, desde o dia 14 de fevereiro, deste ano, pelo juiz da 2ª Unidade Jurisdicional do Tribunal do Júri, Gilberto de Moura Lima, por ter sido condenado pelo assassinato de Alberto Lameu Silva,

ocorrido em 2009.

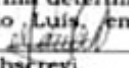
Segundo os agentes da Polinter, Washington já responde por processo criminal pelo crime de tráfico de drogas, na Vara de Entorpecentes. "Magrão" é morador da Rua Joaquim Nabuco, s/nº, Lira. Com as prisões de Paulo Sérgio e Washington Santos, a Polinter deu cumprimento a cinco mandados de prisão, só nesta semana.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA CÍVEL

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O DOUTOR Luiz de Franca Belchior Silva, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE SÃO LUIS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI, "ET COETERA".

FAZ SABER que, pelo presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, fica **citada ISMENIA KAYSE ARAUJO RODRIGUES**, que se acha em lugar incerto e desconhecido, para tomar ciência da **AÇÃO DE COBRANÇA** em tramitação nesta 2ª Vara Cível, Processo nº 293042008 (29304-13.2008.8.10.0001), que lhe move CEUMA - ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR, e, querendo, responder em 20 (vinte) dias a presente ação supracitada, sob as cominações legais, ficando advertida de que, caso não seja apresentada defesa, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor, nos termos do art. 285, segunda parte, do CPC. Fica a ré cientificada de que a inicial e os documentos que a instruem se encontram na Secretaria, a sua disposição, no Fórum "Desembargador Sarney Costa", na Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau. E, em cumprimento da lei e para que não alegue ignorância, mandei expedir este edital, para ser publicado na forma determinada. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, em 22 de maio de 2012. Eu, Márcia Lopes Ferreira , Secretária Judicial da 2ª Vara Cível, mandei digitar e subscrevi.


Luiz de Franca Belchior Silva
Juiz de Direito da 2ª Vara Cível

TJMA convoca concursados para audiência pública

O Tribunal de Justiça promove na próxima terça-feira (26), audiência pública dos candidatos aprovados no último concurso público.

PÁGINA 3

TJ convoca concursados para audiência pública

O Tribunal de Justiça promove na próxima terça-feira (26), às 9h, audiência pública dos candidatos aprovados no último concurso público do Poder Judiciário (Edital nº 002/2011) para os cargos de analista, técnico judiciário, e de oficiais de justiça do concurso de 2009 (Edital nº 001/2009).

Para a audiência – a terceira da gestão do presidente Antônio Guerreiro Júnior – estão sendo convocados 11 analistas judiciários (Direito), dois técnicos judiciários (apoio administrativo) e seis oficiais de justiça. Há vagas disponíveis em várias comarcas do Estado. Os participantes escolherão o local de lotação, conforme rigorosa ordem de classificação no concurso.

De acordo com o presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior, a meta é suprir a necessidade da Justiça de 1º Grau, dotando as comarcas de pessoal capacitado para atender às demandas judiciais.

Audiência – Os candidatos convocados para

a audiência devem comparecer à Secretaria da Comissão de Concursos do TJMA (Anexo VII, Rua do Egito, Centro) para a escolha da comarca de lotação. Devem apresentar também os documentos e os exames médicos até o dia 25 de junho, conforme condições previstas nos Editais 007 e 009/2012.

O não comparecimento do candidato na data estabelecida para apresentação dos exames médicos de avaliação de aptidão física e mental ou para a audiência caracterizará como não aceita a nomeação, com a consequente reclassificação, por uma única vez, para a última posição da lista de classificação do concurso por cargo e especialidade.

Confira as comarcas com cargos disponíveis:

Analista Judiciário (Direito) – Comarcas de Esperantinópolis, Dom Pedro, Governador Eugênio Barros, Humberto de Campos, Itinga do Maranhão, Matinha, Montes Altos, Pedreiras, Penalva, Poção de Pedras e Santa Rita.

Oficial de Justiça – Comarcas de Buriticupu, Itinga do Maranhão, Lago da Pedra, Tasso Fragoso, Passagem Franca, Urbano Santos, Viana e Zé Doca.

Técnicos Judiciários – Comarcas de Açailândia e Balsas.

Com 72 recuperandos, Apac de Coroatá conquista sede própria

DIVULGAÇÃO

Ricardo Vieira da Silva Filho, 23 anos, é apenado do regime semiaberto em Coroatá, por envolvimento com o tráfico de drogas. Há dois anos, ele integra o grupo de recuperandos da Associação e Proteção e Assistência aos Condenados (Apac), daquele município e já conseguiu reorganizar a família, trabalha nas atividades da Apac e diz ter certeza que não terá recaídas no futuro.

"É uma experiência muito boa. Consegui recuperar minha vida. Planto, capino e quando cumprir minha pena, vou procurar um emprego", comentou Ricardo Filho, timidamente, que aguarda decisão da Justiça sobre o pedido de livramento condicional.

A realidade da Apac de Coroatá foi vista de perto pelo corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Carvalho Cunha, durante sua visita à Comarca do município, para prestigiar o mutirão processual organizado pela juíza Josane Braga, da 1ª Vara. Além dela, o juiz Francisco Ferreira Lima, titular da 2ª Vara de Coroatá, esteve presente durante a visita.

"Fiz questão de conhecer a Apac porque sei que onde existe uma unidade da associação, a recuperação dos apenados é melhor. Onde há uma Apac, existe recuperação, de fato, daqueles que se desviaram das condutas da vida em sociedade", comentou o



Marilena Leite, presidente da Apac, mostra a nova área para o corregedor-geral Cleones Cunha

corregedor-geral Cleones Cunha.

Sede própria – A Apac de Coroatá conquistou, recentemente, uma área própria para o funcionamento. Um terreno de 17 hectares foi cedido pela Fazenda da Esperança, da Igreja Católica, para a instalação da associação na cidade de Coroatá. O terreno já é propriedade da associação. "Já temos o documento nas mãos. Agora, a Apac tem uma sede própria", comemora Marilena Vieira Leite, presidente da associação.

Toda a estrutura da associação já está sendo transferida para a nova sede. A Apac funciona desde a sua fundação, em junho de 2008, em uma área de 3 hectares, de propriedade de Marilena Leite. Com mais espaço e estrutura própria, a expectativa é que os resultados do trabalho sejam ainda melhores e mais animadores.

De acordo com a presidente da Apac de Coroatá, nos quatro anos de atuação, são 36 recuperandos que conseguiram reconstruir fami-

lia. "É muito gratificante ver essas famílias recuperadas, ao lado de quem se ama. O melhor, ainda, pela APAC, é ver que os que já cumpriram regime fechado passam a dar valor a vida, porque ou é isso ou é voltar pior para a sociedade", frisou Marilena Vieira Leite.

Atualmente, são 72 recuperandos fazendo parte da Apac de Coroatá, entre apenados do regime fechado, semiaberto e aberto. Todos, no entanto, têm que ter bom comportamento e seguir todas as regras da associação, como obedecer aos horários de entrada, saída, aulas, esporte, não faltar, não portar armas, drogas e aparelho celular, não discutir com outros recuperandos, participar dos eventos promovidos pela associação, ter suas famílias residentes na Comarca, entre outras.

Atividades – Todos os recuperandos que fazem parte da associação têm atividades a cumprir, acompanhamento diário e monitoramento. Na Apac de Coroatá, entre as atividades que se destacam está a plantação de frutas e verduras. Na nova área, a criação de peixes também será realizada, já que no terreno pode-se ter até quatro açudes. Os recuperandos têm, também, acompanhamento médico, feito pelo médico José Carneiro, aulas, ministradas pelo professor Iran Lima Costa, e prática de esportes.

Fabíola Barros é reconduzida ao cargo de corregedora-geral da DPE

A defensora pública Fabíola Almeida Barros foi reconduzida, ontem (22), ao cargo de corregedora-geral da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), em solenidade marcada pelo reconhecimento dos colegas e servidores ao trabalho desenvolvido por ela nos últimos dois anos. Presidida pelo defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho, a cerimônia de posse para o novo mandato aconteceu no auditório da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado (ESDPE). Foi prestigiada por defensores, servidores, representantes do Poder Executivo, Ministério Público, familiares e amigos.

Após a entrada em vigor da Lei Complementar nº 132 de 2009, Fabíola Barros é a primeira corregedora da DPE a ser escolhida e nomeada pelo defensor geral. "Em outros estados muitos temiam que a nomeação pelo defensor geral levasse a uma situação de sujeição em relação à defensoria geral, o que, felizmente, nunca foi experimentada nessa gestão. Sempre tive a necessária autonomia para gerir e decidir as questões postas, contando com a Defensoria Geral e a Subdefensoria de forma parceira, harmônica



Defensora pública Fabíola Almeida Barros, ao lado do defensor geral, Aldy Mello Filho

e respeitosa", destacou Fabíola Barros.

A corregedora da DPE, que ficará no cargo até 2014, agradeceu o apoio dos membros da instituição. Elencando os projetos e metas para o novo mandato, fez um balanço de sua última gestão, destacando algumas das ações mais significativas no exercício de suas funções a frente da Corregedoria desde 2010.

"Nesse processo de construção de uma Corregedoria mais forte e atuante, tive a felicidade de contar com muitas pessoas que apoiaram e compreenderam a essência do trabalho que desejava desenvolver. Entre os objetivos desse novo mandato, temos a instalação da ouvidoria externa, que nos lança o desafio da convivência com uma nova estrutura institucional que pre-

cisará contar com o nosso apoio e parceria, com a necessidade de readequar o nosso perfil de corregedoria que, historicamente, sempre atuou como ouvidoria", enfatizou.

Para Aldy Mello Filho, a recondução de Fabíola Barros faz parte de um processo natural, resultado de um trabalho dedicado e comprometido, reflexo da profunda identificação da defensora pública com a carreira. Ele acrescentou que toda essa dedicação pode ser atestada pelas diversas ações coordenadas pela Corregedoria, que imprimindo um novo ritmo de trabalho, mudou a forma de interação entre a Defensoria Estadual e o sistema penitenciário.

O defensor geral citou ainda a idealização, a implantação e implementação do Sistema de Acompanhamento de Presos (Siapd) como um dos mais importantes encaminhamentos da corregedora, que teve participação decisiva na realização do 3º mutirão carcerário, o que gerou o reconhecimento da DPE/MA pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como a instituição de maior produtividade durante a ação.

DIVULGAÇÃO